

# Psicanálise e política:

## no mundo em que vivemos

Fabio Herrmann

O autor da Teoria dos Campos a emprega aqui para refletir sobre os diferentes “regimes” que podem servir como fundamento para a formação dos “campos” – e que ultrapassam o indivíduo para se inscrever na trama do social.

### Preâmbulo 2005

**A**o tratar das formações da cultura, sabemos desde os tempos de Freud que um certo equilíbrio deve ser mantido. A Psicanálise engloba uma dimensão terapêutica e uma espécie de filosofia cultural; nenhum dos ângulos pode ser descurado, ambos são fundamentais e interdependentes. Quando nosso interesse é chamado para a filosofia cultural, como tão freqüentemente acontece com Freud (que decerto escreveu mais a respeito da conexão cultura clínica que diretamente de pacientes), põe-se em relevo de imediato a psicopatologia, seja a psicopatologia explícita da vida quotidiana, seja a psicopatologia fundamente entranhada na constituição da cultura humana. O que se passa é que nós confundimos facilmente psicopatologia e doença individual, mas é prudente evitar essa mistura.

Esteticamente, um caso de psicopatologia individual pode ser visto como uma obra de arte do absurdo dentro da arte geral da interpretação, que é a nossa – embora pudéssemos facilmente convir que passaríamos bem melhor sem ela – mas, de qualquer modo, uma obra cujo *artista* é geralmente bem visível, singular, identificável. Neste setembro, por exemplo, tivemos a oportunidade de assistir ao *US-Open* (o Aberto de Tênis dos EUA). Entre cada ponto, um dos jogadores, o talentoso alemão Kiefer, sentia-se obrigado a pousar delicadamente a ponta da raquete na diagonal imaginária que prolonga a linha lateral com a linha de base de seu lado. Não ousamos aventurar que poderia significar tal gesto. Mas é claro que algum sentido tinha, atestado indubitavelmente por essa espécie de intensa concen-

**Fabio Herrmann** é psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e professor da PUC/SP. Este artigo, sem o “Preâmbulo 2005”, foi publicado pela *Revista Trieb* da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, 2003, vol. II, nº 2, p. 235-263.

tração fisionômica e gestual que os analistas aprendemos bem a associar às artes cênicas e aos atos que tentam representar plasticamente formas de pensar e de sentir, como o alisar o queixo em meditação explícita, ou como esta manifestação declarada do sadismo obsessivo em Kiefer. Obra de arte, portanto, indigesta até para nós espectadores – quanto mais para os seus adversários. Obra de arte indigesta, mas inegável.

Nossa arte da interpretação é feita de momentos estéticos de *Ruptura de Campo*: tais obras de arte. O exemplo mais poderoso de ruptura, desses com que Freud aprendeu a lidar e brindou-nos generosamente, é o que se conhece por *caso clínico*. Principalmente quando não se trata da doença de uma pessoa, mas de alguma constituição social. Tomemos um exemplo em que a psicopatologia se assenta sobre o próprio objeto estético, e só aparente e superficialmente sobre o executor do ato. Ligado ao sublime Kinkaku-ji, ou Pavilhão Dourado de Kioto, erigido no século XV, conta-se uma história, tudo indica que verdadeira, quase tão harmoniosa e tremenda quanto o próprio edifício. Um homem, visitando o templo, apaixona-se de tal maneira por sua beleza que já não consegue pensar noutra coisa. Torna-se monge budista. Ainda assim, sua obsessão pelo Pavilhão Dourado não é mitigada. Segundo antiga crença oriental, porém, esse gênero de encanto só pode ser quebrado com o desaparecimento do próprio objeto em causa. E é assim que em 1950 nosso monge incendia o Pavilhão Dourado, que arde até o chão. Facilmente o poderíamos classificar de louco, e sem margem de erro, mas estaríamos perdendo alguma coisa de essencial, restringindo a loucura da história à de uma pessoa. Em 1955, passados escassos 5 anos, é reconstruído o pavilhão, com a aparência original, e, em 1987, coberto de folhas de

ouro, como fosse talvez seu destino oculto ou sua maldição: concretizar para sempre a douradura e o encanto psicopatológico do pavilhão, o Grande Sedutor.

É claro, portanto, que psicopatologia não se confunde com loucura pessoal na Psicanálise. À frente discutiremos o *Regime do Atentado*, por exemplo. O sujeito dessa nova e terrível forma de psicopatologia das relações humanas não é evidentemente o terrorista ou o governo militarista desenvolvido, mas uma intrincada condição do homem contemporâneo, que envolve, entre outras coisas, um rebaixamento brutal do valor ontológico individual, em particular na periferia do mundo desenvolvido. Misturar psicopatologia cultural com as agruras da pessoa só pode levar à psicologização indevida de que os analistas são quase sempre acusados, com ou sem razão, pela sociologia. De maneira análoga, a fábula matriz da *Cidade Pacata*

Há mais  
de um meio  
de controle das  
opiniões, sendo a  
confusão  
dos argumentos um  
dos mais eficazes.

termina por mostrar também que o inimigo da cidade não é outro senão ela mesma. Tanto o primeiro como o segundo exemplo acima se tem enriquecido pelas circunstâncias recentes, o que de si poderia justificar a republicação do pequeno ensaio que se segue sobre a intersecção entre política e Psicanálise. O modelo proposto sob o nome de *Console das Opiniões* tem recebido contribuição primorosamente irônica. Perguntam-se às vezes como é possível – veremos adiante – que um voto *não* (figurado no modelo usado aqui como *apertar o botão vermelho do não*), possa resultar num *sim* (*verde*). Pois bem, alguns despreziosos levantamentos das respostas projetadas para o próximo plebiscito sobre a proibição da venda de armas de fogo nos têm feito ver que, quanto mais intenso o propósito de votar a favor da proibição, maior o risco de confundir o sentido do *não* com o do *sim* – sou contra, *não, não às armas*. Tal é o efeito quase cômico da propaganda nos sistemas democráticos ocidentais: a confusão de línguas. Quer dizer isso que todos os sistemas políticos sejam equivalentes? De maneira alguma, só que há mais de um meio de controle das opiniões, sendo a confusão dos argumentos um dos mais eficazes.

Quando *Psicanálise e Política* foi escrito e publicado – mas muito antes, na verdade, a partir de 1981, quando os estudos que esse texto resume foram iniciados – a enxurrada das CPIs ainda não fora desencadeada, nem tinham sido levantados os fatos motivadores. Entrar na questão política partidária estaria claramente fora dos propósitos deste artigo. Com efeito, o fenômeno é correlato, ou melhor, parte integrante do *Regime do Atentado*. Nós o temos discutido sob o título geral de *Farsa*, sendo um exagero qualitativo da mentira. Nas últimas semanas, contudo, um pequeno desdobramento indireto

do tema veio à baila de forma caricata: a corrupção das arbitragens de futebol. Do ponto de vista da Teoria dos Campos, esse fenômeno em pequena escala é precioso, pois mostra que o fenômeno em questão não se esgota no fato, sendo antes característico do *Campo da Farsa*, onde se irmanam os fatos miúdos com os graúdos. Este um dos valores da noção de inconsciente como campo. Um sistema de parentesco inexorável, que nos poupa muitos tratos à bola, pois a interpretação no caso, a interpretação mais ingênua – e, confessemos, inesperada – vem do mundo e não do esforço da imaginação do analista. Quem diria, a venalidade de um simples juiz de futebol servindo de diagnóstico microscópico da crise ético-política da República, e com requintes de sutileza, pois em ambos os casos não parece haver saída prática alguma à vista, a não ser as acusações recíprocas, até o esgotamento do assunto num impreciso momento futuro, com eleições, com o fim do campeonato.

### **Janeiro de 2003 Uma questão de fronteiras**

A Psicanálise não tem muito a dizer sobre a política. Escapam à sua competência os fatores concretos, de ordem econômica, que determinam as formas sociais, filiam-se estas ao modo tradicional da relação entre classes, ou às novas variantes que alcançou o processo de dominação, mais sutis, como a perfusão capilar das consciências, mais brutais, como o genocídio planejado dos miseráveis. Por outro lado, o analista não está qualificado – a não ser genericamente, como cidadão –, para avaliar os processos decisórios de que lança mão o organismo social na escolha de suas opções de ação, das diretrizes gerais à simples alocação de recursos. Quando procura retirar dos conceitos psicanalíticos algu-

Às vezes nos temos visto  
diante de questões estapafúrdias,  
sobre as quais analista algum sonharia opinar.  
Já me perguntaram, por exemplo,  
se os atentados suicidas  
revelariam que os povos islâmicos  
dão pouco valor à vida individual,  
e se os massacres promovidos  
pelos Estados Unidos são devidos  
ao temperamento sanguíneo  
do seu povo.

ma formulação ética do comportamento social, tende à abstração e ao idealismo ingênuo, prescrevendo ou proscrevendo algum tipo de norma que, mesmo sensata, costuma mostrar-se precária na consideração dos instrumentos objetivos que a possam concretizar. Ou, para fixar com maior exatidão essa fronteira, tende freqüentemente à metáfora, esperando que o mundo se comporte como uma relação de consultório. Porém, sendo redondo o mundo, rola do divã, e, por demasiado complexo, escorrega das teorias psicológicas. A sociedade, sabemos todos, não é um indivíduo gigantesco, é outra coisa.

Não é raro que os analistas sejam procurados para dar uma espécie de opinião abalizada sobre ocorrências mundiais. No quadro dos acontecimentos recentes, às vezes nos temos visto diante de questões estapafúrdias, sobre as quais analista algum sonharia opinar. Já me perguntaram, por

exemplo, se os atentados suicidas revelariam que os povos islâmicos dão pouco valor à vida individual, e se os massacres promovidos pelos Estados Unidos são devidos ao temperamento sanguíneo do seu povo. Ações militantes ou militares raramente se decidem por plebiscito, são induzidas através de propaganda e ideologia. O temperamento dos povos, se existe, não é assunto psicanalítico; na realidade, nem sequer o temperamento de indivíduos singulares, já que *temperamento* é uma noção confusa e obsoleta.

Afastada a fantasia usual de que o psicanalista possa contribuir com a luz de suas teorias para clarear os descaminhos de nosso mundo conturbado, explicando os motivos psicológicos dos políticos e guerreiros, já é possível agora esclarecer ao menos aquilo que de fato somos capazes de fazer. Talvez não seja muito, mas também não é nada. É certo que a teoria

do aparelho psíquico não se aplica à sociedade, mas é errado acreditar que a Psicanálise se resume a ela, dedicando-se unicamente a estudar o comportamento dos indivíduos e a tratá-los. A Psicanálise é, em essência, um método de conhecimento, cujo horizonte de aplicação inclui a análise da psique social, ou, melhor dizendo, da *psique do real*<sup>1</sup>. As forças concretas que moldam nossa realidade política e social compõem, por sua própria complexidade, formas de sentido que as ultrapassam, mas só da maneira pela qual um quadro é mais que as pinceladas, ou uma peça, mais que o desempenho dos atores. Reconhecer um desses recortes de sentido já se encontra na alçada da ciência da psique. O próprio Freud, criador da Psicanálise, dedicou mais de metade de sua obra a assuntos que não se restringiam à psicoterapia de pacientes. Entre tais assuntos, figura, *O mal-estar na cultura*, ensaio plenamente atual, que, muito mais que um simples excuro lateral dentro da investigação da psique, constitui um de seus fundamentos teóricos. Nele, Freud já chamava a atenção, por exemplo, ao fato de o homem se vir transformando, graças aos recursos tecnológicos, “numa espécie de Deus protético... infeliz com seu caráter divino”<sup>2</sup>. Para Freud, a psique não se confunde necessariamente com psicologia individual, não está fora da história e de suas condições, nem – como setenta anos o vêm confirmando, daquele ensaio de 1930 até hoje – está ela em paz com o mundo que criou.

Ao reconhecer um recorte da psique do real, o psicanalista não o está explicando concretamente, e espera que as ciências sociais o façam, no caso de o julgarem digno de ser tomado em consideração. Nessa matéria, somos estritamente dependentes. O que evidenciamos não são sistemas causais nem tem caráter preditivo imediato. Esperar do analista uma opinião sobre a psicologia do

terrorista ou sobre a psicologia dos mentores do terrorismo institucionalizado é o mesmo que perguntar a um físico que tempo vai fazer amanhã. Talvez responda que vai chover, mas só porque lhe doem as articulações; contudo jamais arriscará um palpite científico, supondo. É fato que a meteorologia se vale dos conhecimentos da física, nem por isso o físico consegue fazer previsões de tempo.

### Regime do atentado

Dou-lhes um exemplo pessoal, aproveitando para entrar no tema. Quando, em 1981, ocorreu o atentado contra o papa – em conjugação, é bom lembrar, com vários outros atentados – escrevi um pequeno ensaio em que procurava empreender o reconhecimento preliminar da forma psíquica que então parecia manifestar-se<sup>3</sup>. Resumidamente, a análise era a seguinte. O processo de controle global, a que nosso mundo já começava a ser submetido, não se podia limitar ao controle punitivo de ações concretas, mas devia infiltrar-se na própria raiz do ato, para o anular no nascedouro. Como os estados nacionais já tropeçavam nas próprias pernas, o novo *estado*, constituído por cadeias de efeitos sem identificação social circunscrita – empresas multinacionais, um sistema econômico despersonalizado e dificilmente identificável, a automação substituindo o trabalho e a informação, o conhecimento – tendia a criar também novo *regime*. A ordem que despontava não se podia furtar a promover um progressivo dismantelamento das antigas organizações sociais e mesmo do ato individual. O indivíduo, que parecia ser exalçado como paradigma do humano, estaria na verdade sendo reduzido a uma *impotência patológica* paradoxal: para valer alguma coisa, para ter algum *prestígio ontológico*, tinha de imitar

o novo estado do mundo, ou seja, produzir efeitos rápidos, marcantes e autônomos, bem como produzir meios para produzir ainda mais efeitos, mais rápidos, mais marcantes e mais autônomos. Todavia, qualquer que fosse o curso de sua ação, o resultado seria necessariamente anulado, reincorporando-se na cadeia ampla da automação que se generalizava; não só a automação tecnológica, mas também a da economia e, mais amplamente, a da cultura. Ao mesmo tempo, a ação solidária de grupos sociais organizados era logo dissolvida pelo sistema de comunicação de massa, ao transformar os grupos em aglomerados de células individuais idênticas, cuja motivação é possível implantar e controlar, como se controla o comportamento celular por implante genético.

Esse quadro, não exatamente otimista, sugeria que a forma futura da ação política deveria provavelmente tender ao *ato puro*, vale

O indivíduo,  
que parecia  
ser exalçado  
como paradigma do  
humano,  
estaria na verdade  
sendo reduzido  
a uma *impotência  
patológica  
paradoxal*.

dizer, ao ato que não se cumpre em vista de um objetivo racional, meditado e debatido de antemão, que não se alia a outros atos socialmente deliberados, mas cuja realização apenas cumpre o mandato de produzir efeitos e mais meios, para maiores efeitos. Só assim, encistado como uma bactéria em ambiente hostil, introvertido e encapsulado, o ato humano, fosse do indivíduo ou de seu grupo, teria condições de sobreviver à pro-

de reflexão, atos não pensados – aparentam autonomia, parecem imunes ao controle sugestivo do pensamento. Por desgraça, o atentado cumpre paradigmaticamente tais quesitos. É o ato puro por excelência, logo, tem futuro, um negro futuro. De um lado, grupos de ação, que aceitam a fragmentação social imposta e a convertem em instrumento. De outro, um sistema automatizado, sem lastro na deliberação racional da sociedade.

se tornavam compreensíveis, como a *psicose de ação*, uma espécie de delírio sem manifestação ideativa e com abolição do sentimento de interioridade, sentimento que é sistematicamente substituído por ato e por imagem. Contudo, o interesse maior do artigo, depois ampliado e publicado no livro *Doença mental e sociedade – uma discussão interdisciplinar*<sup>4</sup> com o título aziago de *Sobre o futuro da ação*, consistia na tentativa de estabelecer os contornos gerais desse recorte psíquico, o regime do atentado, que, segundo tudo parecia então indicar, progrediria rapidamente da infância à forma adulta, convertendo-se, com toda probabilidade, em campo dominante da psique do real.

Reconhecer o nascimento de uma forma psíquica implica anteciper sua evolução natural, em termos estruturais, mas nunca autoriza a adivinhar fato algum. A identificação de um *campo de relações*, ou, em termos tradicionais, de um *inconsciente relativo*, apenas afirma que ele já está em ação, ainda que num primeiro momento suas relações se resumam a meros indícios. Imagine-se, portanto, minha surpresa quando, por ocasião do ataque ao *World Trade Center* – é verdade que em meio a discussões sérias a respeito do regime do atentado – tive também de encarar perguntas sobre se havia previsto o atentado, o porquê da escolha do alvo, qual a motivação inconsciente dos terroristas etc. Saber mesmo o que se passou, só se estivesse a bordo de um dos aviões, mas, nesse caso, receio que a conferência de imprensa teria lugar num centro espírita. Que um par de torres chamado *Centro do Comércio Mundial* tenha valor simbólico é fato que não requer um analista para interpretar. Quanto ao inconsciente do atentado, diria em tese que pode ser, pura e simplesmente, ou talvez pura e complicadamente, esse mesmo que acabo de resumir, um campo da psique do real, deter-

A identificação  
de um *campo de relações*, ou, em termos  
tradicionais, de um *inconsciente relativo*,  
apenas afirma que ele já está em ação,  
ainda que num primeiro  
momento suas relações se  
resumam a meros indícios.

gressiva erosão do pensamento. A raiz do ato na reflexão entre interlocutores passava a ser uma região muito exposta à interferência. Quando todo pensamento está sob a bem fundada suspeita de ser o produto de uma perfusão capilar, de uma disseminação microscópica de idéias não identificável pelo sujeito, somente *atos impensados*, no sentido mais estrito do termo – atos de concentrada e imediata eficácia, deslocados do lento processo

Ambos partilhando o princípio de máximo efeito, com mínima participação social; vale dizer, oferecendo o mínimo alvo. Para o novo regime político, cuja psique parecia então nascer, propunha o nome de *regime do atentado*, uma vez que o princípio do atentado prevalecia dos dois lados, tanto nos atos de violência explícita, quanto na organização instrumental do processo de controle social e econômico. Certas patologias individuais assim

minante de novas relações – nada que ver com problemas de infância do terrorista. A Psicanálise tem por horizonte de vocação constituir-se em ciência, que é como dizer: uma forma refinada de nossa comum ignorância. Quando chega a circunscrever uma formação psíquica desse teor, não aspira a ter razão. Pelo menos, não mais que o médico ao diagnosticar uma doença perigosa. No fundo, o que se espera mesmo é estar errado.

## Opinião

A propósito de ter razão, permitam-me esclarecer um ponto delicado. Em princípio, tem razão aquele cuja opinião se confirma. Porém, que significa hoje ter opinião? Há uns trinta ou quarenta anos, lembro-me, ter opinião era sinônimo de ser um homem de princípios políticos claramente assumidos. Essa acepção ainda existe, mas a realidade correspondente tornou-se problemática. Não custa ver por quê.

Quando o homem de meia idade fala de política, há, por trás de suas opiniões, uma filosofia espontânea que merece nossa atenção. Esta se reparte entre duas concepções básicas, que são, na aparência, diametralmente opostas. Quando está numa disposição simpática, concebe a política como decisão coletiva que conjuga, e tanto quanto possível satisfaz, a vontade de cada indivíduo, refletindo suas necessidades, desejos, princípios morais. Se está contrariado, porém, imagina uma complexa conspiração entre sujeitos poderosos, que se locupletam à custa do cidadão indefeso. Entre esses extremos, admite, na prática, estados médios, criados por conflitos, resolvidos por acordos. Às vezes, inclina-se a pensar que ele, o homem comum, deveria participar ativamente da política, para garantir sua decência; mas, logo em seguida, persuade-se

Há uns trinta ou quarenta anos,  
lembro-me, ter opinião  
era sinônimo de ser  
um homem de princípios políticos  
claramente assumidos.  
Essa acepção ainda existe,  
mas a realidade correspondente  
tornou-se problemática.  
Não custa ver por quê.

de que o esforço seria vão, por seu escasso poder, pela profundidade das raízes da corrupção do *sistema que está aí*, essa é sua expressão predileta, ou, com um toque melancólico, por se reconhecer também interessado e pouco empreendedor. Esta, a primeira vertente, a pessoal e voluntarista. Ou, ao revés, sua opinião toma um rumo mais social, por assim dizer, e convence-se de que a política resulta do embate entre interesses que se enfrentam, cada grupo ou classe defendendo os próprios e querendo fazer valer suas razões, valores e necessidades. A *conspiração* então se daria entre representantes de classes sociais dominantes, a elite contra o povo. Ou, caso se identifique cinicamente à elite, entre os dominados, em injustificável revolta, aliados a uns tantos trânsfugas intelectuais, provenientes das classes ilustradas.

Até aqui, nada de mais. Esse ideário básico, repartido entre os que crêem na soma de ações in-

dividuais e os que preferem ver os interesses de grandes parcelas sociais antagonicas, subsiste desde há muito, sem maiores alterações na sua aparência inocente. É como a bula de um antigo remédio, que ainda se encontra nas prateleiras da farmácia para inócua automedicação, embora clínico algum sonhe em receitá-lo. O que há de novo, em termos da psique política, é a fina reorientação desses tipos de *opinião pública consensual* para fins inequivocamente contraditórios.

As antigas posições populares continuam valendo, mas já não incluem a idéia, mesmo que sempre um tanto utópica, de um movimento social ativo e eficaz que vise a recuperar o controle do mundo em que vivemos. Por isso, apesar de se repetirem, são expressas com a surda irritação de quem sabe que está sendo enganado e sabe que está enganando a si próprio, mas desconhece a procedência do engano e não encontra outras pala-

vas para substituir as que se esvaziaram. Quando diz, por exemplo, *precisamos fazer alguma coisa*, a coletividade, implicada no plural, não passa de um múltiplo de si mesmo, de uma massa de *eus*, não de um *nós*. Ao debater contra a corrupção dos políticos, já não está defendendo uma ação política, ainda que idealizada, mas cobrando *transparência* na prática das leis do mercado, sem refletir que o que chama de *corrupção* nada mais é que a lei do mercado político. Ao usar a nobre expressão *cidadania*, falta-lhe ver que, se a palavra é a mesma que cultivaram as cidades gregas ou a Revolução Francesa, seu sentido reduziu-se ao dos direitos do consumidor. Ora, se *burgo* significa *cidade* e *cidade*, *shopping center*, dizer cidadão, burguês ou consumidor não faz a menor diferença, designando o dever de limpeza nos negócios, análogo ao de manter limpa a casa, ou as ruas limpas de mendigos. Economia doméstica estendida ao mundo.

Talvez, um exemplo particular e mais concreto possa iluminar a questão do esvaziamento de substância social na psique contemporânea. Há uns anos, circulava, nos Estados Unidos, um *slogan* ecológico, proclamando: *There is only one Ocean*. A idéia parece respeitável. Como os mares se comunicam, somos todos responsáveis por preservar qualquer porção, do Atlântico ao Índico. Alguma coisa, porém, incomodava-me na frase, quando a li, num quarto de hotel. De repente, comecei a perceber. Se existe algo que caracteriza os oceanos da Terra é não serem um só, contendo nichos ecológicos muito particulares, onde nada menor que uma conflagração nuclear ou outro descalabro do gênero é capaz de afetar o conjunto a curto prazo. A catástrofe recente na costa espanhola, com o afundamento de um petroleiro, não deve ter alterado os hábitos de um único pingüim na Antártida. Está bem, ecologia é

uma coisa, propaganda ecológica é outra muito diferente, é ideologia, e esta daqui nem se pode dizer acintosa. Por que o desconforto? Não foi preciso dar tratos à bola para entender. O que é, o que é? – só existe um, e o que acontece num lugar logo se reflete em toda parte? O mundo social, evidentemente, a humanidade. Os movimentos sociais que inflamavam a imaginação e incitavam os jovens à luta, não é nada ingênuo transformá-los em cuidados domésticos com o planeta – de *oïkos*, casa. De massa oprimida, digna de compaixão e credora da justa indignação dos homens de bem, a periferia de pobreza de nosso mundo passa a ser composta por desordeiros ecológicos, que desrespeitam o elementar dever de preservação da vida animal. Houve, como se vê, uma reorientação da opinião pública, em que até mesmo a séria preocupação com o hábitat planetário entra como ingrediente ideológico

substitutivo. A ecologia substitui a sociologia e, com o crescimento das massas de miseráveis que socialmente ameaçam os centros desenvolvidos, não é inconcebível que estes venham a ser considerados uma *ameaça ecológica* ao planeta e subseqüentemente tratados como tal.

O segredo que se oculta no íntimo da idéia de opinião começa a se tornar visível. Pouco tem que ver com a velha distinção entre *noûs* e *dóxa*. Conhecer e opinar são duas formas do pensar, mesmo que hierarquicamente desiguais. No mundo em que vivemos, todavia, opinião já não é uma espécie do gênero pensamento, mas uma espécie do gênero ato, virou torcida, estar a favor ou contra. Como se o ato de torcer e votar por uma *imagem de campanha* se houvesse universalizado para todos os assuntos humanos, podendo ser substituído, em seguida, pela pesquisa de opinião e *marketing*. O resultado

Ora, se *burgo* significa *cidade*  
e *cidade*, *shopping center*,  
dizer cidadão, burguês ou consumidor  
não faz a menor diferença,  
designando o dever de limpeza  
nos negócios, análogo ao de manter  
limpa a casa,  
ou as ruas limpas de mendigos.  
Economia doméstica  
estendida ao mundo.

básico é que, frente às injunções do processo global de produção e consumo – que importa numa automação social, cujos fins últimos são, em si mesmos, secundários para o processo – cabe ao cidadão apor simplesmente seu sim ou não à imagem que lhe é apresentada, estando-lhe vedado escolher entre os mecanismos mais convenientes para alterar o sistema.

Ainda assim, subsistem diferenças entre os modos de consulta que, ousaria dizer, não carecem de importância. Grosso modo, pertencem a três categorias de procedimento: o totalitário, o ditatorial e o democrático. Para os figurar esquematicamente, imaginemos um modelo elementar, composto de um console com dois botões, o do *sim*, que acende uma luz verde, e o do *não*, que acende uma luz vermelha. No console totalitário, falta o botão do *não*; no ditatorial, é de metal e foi eletrificado; ao contrário, no democrático, os dois estão ali, é-se livre para apertar o botão do *sim* ou o do *não*, que acendem ambos a luz verde. A diferença entre os processos de consulta à opinião não é irrelevante para o indivíduo, mas o resultado se equivale.

Isto, quanto à posição da opinião no regime do atentado.

## Um mundo psíquico

Não se trata de ser totalmente pessimista nem adotar ares proféticos. Mesmo porque o pessimista já soma três quartos de um profeta: o quarto que falta sendo só um quarto de século, até que invariavelmente aconteça o pior. Mas um analista aprende pelo menos a não opinar com o fito expresso de ter razão. Diria até que, se temos alguma especialidade, somos especialistas em não ter razão. O que nada tem que ver com modéstia pessoal ou profissional, é evidente, mas com nosso método. Uma interpretação, qualquer interpretação, pode ter sua

**E**m especial,  
a Teoria dos Campos – a forma  
de pensamento psicanalítico que pratico –  
recusa a distinção taxativa  
entre indivíduo e sociedade,  
e na esteira de Freud,  
como não poderia deixar de ser,  
utiliza o método interpretativo  
para compreender criticamente  
a psique do real.

eficácia medida pela extensão em que posteriormente a realidade a corrige. Tão geral é essa regra, que até nome tem: chamamo-la de *operar com a diferença produtiva* ou, para os íntimos, de *erro necessário*.

Como sistema de pensamento sobre a realidade, por conseguinte, ou é uma doutrina ideológica a Psicanálise, uma *Weltanschauung* bastante discutível, condenada aliás por Freud, ou um sistema crítico, um método que permite pôr em relevo certas propriedades psíquicas do mundo, precisamente pela abstenção metodológica de opinião prévia ou de desejo de ter razão no futuro. Em especial, a Teoria dos Campos – a forma de pensamento psicanalítico que pratico – recusa a distinção taxativa entre indivíduo e sociedade, e na esteira de Freud, como não poderia deixar de ser, utiliza o método interpretativo para compreender criticamente a psique do real. E a crítica, como consta de

sua certidão, nasce das núpcias do ceticismo com a esperança. Do contrário, nem se animaria a pensar. Cada forma de pensar tem seu tempo e dito algum ultrapassa sua circunstância. Os mesmos fatores que determinam a organização social de uma época engendram também sua crítica. Para a Teoria dos Campos, o método psicanalítico constitui um instrumento crítico de extrema eficácia na atualidade, porque nosso mundo se está tornando cada vez mais um *mundo psíquico*. Esta última afirmação deve ser explicada, no entanto.

A perda de substância social das decisões políticas que temos observado, num mundo que passa do antigo controle das massas à informatização dirigida, corresponde inexoravelmente à perda de substância política das decisões sociais, ao menos no sentido tradicional de jogo de interesses entre setores da sociedade, jogo mediado por um sistema representativo. A lógica



cerrada de produção e consumo, ao acirrar-se e adquirir consciência de sua independência com relação às necessidades e deliberações sociais, deixou de se chocar contra os sistemas políticos, permitindo-lhes funcionarem à sua margem, e concedendo mesmo que lhes cobrem uma sorte de pedágio, sob forma de contribuição de campanha, de *lobby*, quando não de propina deslavada. É esta realidade, ou, antes, sua intuição e suspeita, que leva o homem de hoje a se sentir um tanto deslocado do sistema político que habita. Certeza, não tem, mas desconfia.

Como as pessoas e as instituições políticas, os Estados experimentam deslocamento ou marginalização semelhantes. Há poucas décadas ainda, os princípios de independência, autonomia e soberania tinham peso muito desigual e cumprimento pouco mais que formal no convívio entre as nações, dependendo de seu poderio econômico e militar. Havia grandes potências e, como num jogo de espelhos, nações periféricas, cuja trôpega existência não passava de um reflexo distorcido das primeiras, os mesmos símbolos, realidades incomparáveis. Sua existência devia ser respeitada ainda assim, e fazer-se respeitar, para manter as aparências de uma democracia de nações. Jogo de cena, conceda-se; porém, sustentado por alguma substância real, cedida pelos países poderosos aos mais fracos, em seu próprio interesse e por temor recíproco. Afinal, quem hoje invade a republiqueta ao lado pode amanhã atacar algum país sério, com a mesma sem-cerimônia. Invada-se e colonize-se, portanto, massacre-se eventualmente, devore-se se for o caso, mas respeitando a etiqueta e os bons modos à mesa. A mudança que parece haver ocorrido reside na independência crescente do processo de produção e consumo, que passa ao largo das fronteiras nacionais, despiando-as de sentido

em seu percurso, a ponto de as próprias representações de nacionalidade – história pátria, língua, cultura nacional etc. – perderem seu vetusto prestígio e sua mais recente credibilidade. Admitamos que aquilo que se perdeu não era por si só um precioso patrimônio da humanidade, mas sua falta põe a descoberto, por carência de identidade nacional, os ingredientes conflitantes da raça humana, que tal identidade conseguia temperar. Conflitos étnicos, religiosos e de costumes perderam a cobertura relativa que lhes provia estarem contidos numa nação ou num bloco político. Tem-se a impressão de que a sociologia cede passo à antropologia cultural, em nosso mundo, antes de se precipitar numa fantástica biologia histórica, para a qual a ecologia figura tão-somente como emblema generoso.

Entretanto, tais reflexos políticos não são mais que um dos sintomas da perda geral de substância

Tais reflexos políticos não são mais que um dos sintomas da perda geral de substância que afeta a vida contemporânea.

que afeta a vida contemporânea. A soma do trabalho médio de todos os homens vem a ter uma participação cada vez menor na produção total, graças ao aperfeiçoamento dos sistemas integrados de informatização, que só o temor a uma convulsão social incontornável impede que sejam levados aos limites de eficiência tecnológica já hoje disponível. A mão-de-obra já não é imprescindível num sem-número de atividades industriais, nas quais só por concessão se pode falar em mais-valia, e o que antes se julgava sua exploração, faz jus a foro de nobreza como *geração de empregos*. O homem sente que está rapidamente perdendo seu emprego na economia do mundo e tal percepção o leva a reações exacerbadas de insegurança existencial – desespero de sobrevivência, ainda quando a existência não esteja imediatamente ameaçada, consumo desesperado, que se estende do consumo de bens ao consumo de drogas, além de um notório acréscimo nos atos de violência pessoal nos grandes centros. Esse conjunto de reações auto-agressivas parece delinear os contornos sintomáticos de um trauma social de grande magnitude, em cujo diagnóstico, espera-se, o método psicanalítico possa vir a ajudar de alguma forma.

A tais decorrências da perda de substância social vem juntar-se outra, talvez mais grave, embora menos notória: o prejuízo da noção intuitiva de substância da realidade. Certo grau de naturalidade das representações é indispensável para que o cotidiano nos pareça crível e não fabricado artificialmente. Desde a Revolução Industrial, os objetos de uso diário foram perdendo paulatinamente sua raiz na natureza, na madeira de árvores que a gente reconhece, na propriedade agrícola ou pecuária que se visitou alguma vez. As atividades produtivas também se foram afastando das fontes naturais imediatas e, em seguida, deixando de criar objetos

utilizados pelo trabalhador ou dos quais ele assistisse a elaboração completa. O fenômeno da linha de montagem da indústria automobilística, a seguir de toda a indústria, era o incipiente prenúncio do que viria, em termos de alienação, primeiro com relação aos instrumentos e produto do trabalho, por fim, na utilização dos bens produzidos, cuja complexidade ultrapassa com rapidez a compreensão do usuário. Não é preciso saber fabricar um relógio para olhar as horas, mas, ao relacionar-se com a *interface amistosa* de um aplicativo de computador, revela-se para o sujeito a distância exata que o separa da natureza. A superfície inteira da realidade foi-se transformando numa interface responsiva, clica-se um ícone, um ícone do *office*, da moda ou da política, e algo sucede, mas a cadeia de mediações entre estímulo e resposta é tão extensa e enigmática quanto o *config.sys* do *laptop* em que estou escrevendo este artigo – não o abriria sem a dupla assistência de um micro e de um psiquiatra. Por fim, o próprio veículo de transmissão da história quotidiana perdeu a naturalidade, deixando patente o grau de fabricação dos enredos que compõem nossas vidas. Se, ao apetite novidadeiro dos fins do século XIX, Machado de Assis contestava, à guisa de notícia fresca, com o terremoto de Lisboa de 1755, a sucessão de notícias jornalísticas diárias ou *em tempo real*, com a *Internet*, não cria apenas uma suspeita de falsificação localizada, mas o sentimento de ser toda a experiência de vida uma invenção descartável dos meios de comunicação. Dura um instante, depois a gente muda de assunto, porém o enredo é parecido: alguém matou alguém, se calhar, a avó, a mãe, o filho.

Como resultado da convergência de tais fenômenos, o indivíduo e a sociedade vêm sofrendo de uma progressiva e acelerada crise de desrealização. O mundo quoti-

## O indivíduo e a sociedade vêm sofrendo de uma progressiva e acelerada crise de desrealização.

diano parece incrível – quer dizer, difícil de acreditar, incompreensível, sem substância permanente e, sobretudo, sem substância natural. A natureza, até a natureza humana, converteu-se no mais ambicionado dos *sonhos de consumo*. Férias num lugar autêntico, turismo exótico, lazer antropológico nalgum paraíso sem televisão. É a síndrome da *vaca louca de fato*. O seguinte. Primeiro, o leite vinha da vaca. Depois, como qualquer criança sabe, de uma embalagem do supermercado. Ultimamente, nem a vaca vem da vaca, mas da inseminação artificial de uma *matriz*, cujos embriões são extraídos e implantados noutras cabeças de gado leiteiro. Junto com a Mimosa, a intuição subjetiva da raiz natural do quotidiano foi alegremente ao brejo.

Não obstante, graves como sejam essas manifestações de *dessubstanciação* da existência pessoal e social, é forçoso reconhecer que trazem, como contrapartida,

certa consciência potencial, como qualquer crise dentro de um processo crônico. O que se percebe haver perdido, deliberação social, nacionalidade, autoria do trabalho, veracidade do quotidiano, já havia sido perdido há tempos, com efeito. Subsistia apenas como ilusão ou simulacro. O orgulho do trabalhador por sua obra ou a confiança numa notícia de jornal, faz décadas, não era senão uma produção artificial a mais: prêmios de incentivo ao trabalhador padrão ou a celebridade jornalística da testemunha ocular, pouco fiável, de acontecimentos ainda mais duvidosos. A desrealização pode ser a admissão pela consciência, ainda que tão-só sintomática no momento, de que a realidade é, na verdade, uma *representação*. A própria realidade o confessa, com a *realidade virtual*. Conta-se que os imperadores chineses faziam enterrar sua guarda, para que os defendesse no além. Com os *Guerreiros de Xi'an*, réplicas de terracota em tamanho natural, ou pouco mais, o recurso à representação permitiu poupar a vida dos homens de verdade, enterrando suas efigies. Nos seguintes milênios, porém, a representação progrediu do âmbito funerário ao vital, simulando com tamanho realismo que pôde substituir também os vivos: tais representações somos nós, leitor, desarraigados da história, nossa natureza. Um encurtamento do tempo, com respeito à duração das gerações, que denuncia o caráter factício da realidade atual, produzida e substituída num tempo que não se identifica com aquele da história pessoal e muito menos da história social – mas, não era a história convencional perdida um acúmulo de sacrifícios humanos? Resta, portanto, a fundada esperança de que o reconhecimento da vitória da imagem sobre a substância possa fomentar a invenção de novos recursos de ação política, adequados ao *mundo psíquico* em que vivemos, que poderão contar

com a eficácia dos próprios instrumentos que têm de enfrentar.

De qualquer modo, a luta do homem para impor sua forma de ser à natureza parece ter tido êxito, ainda que o resultado não seja exatamente o que se esperava. Abolição das doenças, libertação do trabalho físico, imersão harmoniosa no universo cultural, arte e ócio criativo, gozo estético e fruição espiritual acenavam-nos como promessas. Há que convir, não se cumpriram, senão paradoxalmente. Superpopulação e desemprego, enredos artificiais da mais baixa qualidade que dominam a conversa diária e, por fruição espiritual, uma espécie de lazer mal distribuído e pior gozado, dos jogos de computador às novelas de televisão. Bem, esta é a realidade, a realidade virtual. Inegável, em todo caso, foi a vitória contra a resistência da natureza, mesmo que a lamentemos e queiramos dar marcha a ré, reinventando a natureza,

por simulação computadorizada e *slogans* nas camisetas. O processo produtivo tomou a rédea nos dentes e transformou o cidadão em consumidor obrigado, com deveres e alguns direitos face ao mercado. O pensamento racional, soterrado sob um excesso de informação descontextualizada, reverteu em ato. A realidade, de substância intuitiva, converteu-se em representação produzida artificialmente. O tempo desumanizou-se, quer dizer, humanizou-se demais, deixou de ser morada do homem, para ser o retrato tecnológico do homem.

Ou seja, a forma do psiquismo humano estampou-se no mundo em que vivemos, em que pesem nossa repugnância pelo retrato e a teimosa persistência do mundo concreto. Só que nós vivemos noutro mundo. Desde os objetos de uso diário até a ordem econômica e política mundial, cada elemento vale pelo que representa. Pelo que representa em termos de *status* –

como a etiqueta das roupas migrou para o lado de fora, custando mais que o tecido e a confecção, dentro em pouco quiçá possamos ostentar a *nudez de griffe*: roupa nenhuma e uma etiqueta tatuada. Pelo que representa em termos de fantasia de longevidade ilimitada – dos implantes genéticos até as clínicas de rejuvenescimento, o aumento da expectativa vital acompanha-se da desvitalização das relações massificadas. De infinda preparação para a hipótese narcísica do amor – dietas fantásticas, academias, cirurgia estética, malhação pletórica. De eficácia imagética – quanto tempo levará até que se contrate um cenógrafo para dirigir as guerras? A psique tomou conta do mundo, não porque a razão o tenha domesticado completamente, mas por uma sorte de derramamento projetivo, em que a substância foi sendo moldada, feito argila, a fim de a representar plasticamente, depois liqüefeita, como tinta na impressora que registra sua informação, sendo, por último, dispensadas argila, tinta e substância em geral, por decurso de prazo. Hoje, nossa estranheza frente ao mundo que construímos reproduz, como nunca outrora, a estranheza do encontro da psique consigo mesma. Nesse encontro perturbador, costuma-se chamar de *eu* ao estranho, e à estranheza chamamos de *inconsciente*. Quem poria em dúvida a pertinência do método psicanalítico para a interpretação de nosso mundo?

### Meios em disponibilidade

Quando o pesquisador de uma ciência nova, como a Psicanálise, conduz sua investigação, deve ter bem abertos os dois olhos: um, para o objeto, o outro, para a epistemologia. Nada é mais fácil que perder a medida daquilo que se pode ou não conhecer com legitimidade dentro de seu método. E, quando derrapa, é como dirigir na neve, a gente ro-

Cada elemento vale  
pelo que representa em termos  
de *status* – como a etiqueta  
das roupas migrou para o lado de fora,  
custando mais que o tecido  
e a confecção, dentro em pouco quiçá  
possamos ostentar a *nudez de griffe*:  
roupa nenhuma  
e uma etiqueta tatuada.

dopia 180°, diz o que não vê e logo deixa de ver o que estava diante do nariz. A Psicanálise é uma ciência em formação. Se não desaparecer, como tantos outros ramos da mesma árvore, em um século ou dois talvez se consolide, e os cuidados que hoje nos esforçamos por tomar parecerão quase obsessivos, pois seu método e seu domínio já estarão balizados pela tradição. Até isso acontecer, caso aconteça, há que botar as barbas de molho e nem sequer piscar um olho.

Há pouco, verificamos que um automatismo de produção e consumo vem atravessando as instituições tradicionais, sejam países ou simples estruturas de organização social, sem se integrar a elas, primeiro deslizando entre seus poros, depois as arrastando, num fluxo incontido e autônomo. As tentativas de controle da intensidade desse fluxo, como as de o direcionar para finalidades racionais construtivas, têm falhado lamentavelmente até aqui. As organizações sociais simplesmente mudam de figura quando tocadas por ele, o próprio discurso do conhecimento, que o poderia esclarecer com vista a um futuro controle, é incorporado à sua correnteza pujante. Na Universidade, por exemplo, o processo de avaliação da produção acadêmica adota um sistema de pontuação por quantidade de publicações e ocorrências de citação do autor que, na prática, incita, ou antes, obriga, uma publicação desenfreada. Em seguida, a consulta eletrônica inunda o consulente com um aluvião de informações disparatadas, cujo processamento exige a mesma atitude do consumidor: adquirir, usar rapidamente, trocar por outras mais novas. Já não se cõbe a liberdade de conhecimento, como no obscurantismo ditatorial, mas ele é impelido a se multiplicar em quantidade tal, que se rebaixa a mera informação. Há duas maneiras de impedir que alguém leia um livro: trancá-lo no armário, ou

Levando adiante  
essa longínqua  
analogia com o instinto  
psicobiológico, o automatismo  
econômico só interessa  
ao psicanalista na medida  
em que seus efeitos  
se manifestam por  
representações – mas então  
já é outra coisa.

deixá-lo sobre a mesa, junto com uma pilha de revistas e, de preferência, um computador ligado. O segundo expediente é próprio de nosso tempo.

Qual a exata natureza desse fluxo? Aqui, o olho epistemológico dá o sinal. Que procede da ordem econômica é mais que evidente; porém, a pesquisa de sua constituição intrínseca, de suas fontes concretas e de seu mecanismo de reprodução não são da alçada do psicanalista. A interpretação é um método utilíssimo para o estudo das configurações de sentido, porém vê-se impotente ao se deparar com o reino das causas concretas e da origem material. No tocante à psique do real, esse fluxo, ou automatismo, equivale aproximadamente à noção freudiana de pulsão, no âmbito do psiquismo individual. É concebível admitir sua existência, mas a interpretação não a demonstra nem a esclarece. Levando adiante essa longínqua

analogia com o instinto psicobiológico, o automatismo econômico só interessa ao psicanalista na medida em que seus efeitos se manifestam por representações – mas então já é outra coisa. Não mais o fato econômico, que corresponde à Economia Política – tal como o biológico seria da competência de uma eventual futura psicobiologia, cuja gestação mal começou e, ainda por cima, começou mal. O preço que deve pagar esta direção da Psicanálise rumo ao mundo em que vivemos, conhecida por *Teoria dos Campos*, ao estudar os campos da psique do real, é o obsessivo cuidado em não reificar seus conceitos operacionais nem avançar a interpretação para além do interpretável, subindo acima das sandálias metodológicas.

Voltando aos efeitos do fluxo, sem nos perdermos no emaranhado de suas causas e de sua natureza intrínseca, é possível constatar que a aceleração do processo de produção e consumo leva a dois

resultados simultâneos. O primeiro, uma profusão de bens, que são consumidos, ou que se consomem a si mesmos por obsolescência. O segundo, ao contrário, que não deixa de crescer, a criação de novos meios de produção, no sentido lato de mais e mais meios de *produção de realidade*. Cancelado o produto pelo consumo, sobram meios para produzir novos meios, para produzir novos meios. A nossa é uma *sociedade de meios*, sem um preciso fim último, que não seus fins lucrativos. Tal incremento dos meios, dos efetores, tende a transformar em realidade quase qualquer representação social ou fantasia dominante. Tudo se passa como se os meios, em seu *estado de disponibilidade indeterminada*, estivessem a requerer incessantemente da psique social uma *alimentação de forma*, para a realizarem de imediato, cumprindo sua inexorável vocação. Como é óbvio, não há de ser a consciência cultiva-

**A**s fantasias capazes de alimentar de forma os meios que se acumulam podem ser estudadas em estados diversos de expressão.

da, mas as fantasias coletivas que os alimentam de forma, ensejando a transformação da realidade à sua imagem e semelhança. Daí a expressão: *um mundo cada vez mais psíquico*, conquanto, cumpre repetir, menos racional.

As fantasias capazes de alimentar de forma os meios que se acumulam podem ser estudadas em estados diversos de expressão, requerendo, cada estado, uma aproximação científica também diversa. Mesmo para a Psicanálise, há mais de uma opção. A expressão individual não é má escolha, sendo a mais tradicional. Oferece, porém, problemas insolúveis, devidos à sua excessiva particularização, à posição do indivíduo na sociedade, à comparação entre várias ocorrências para chegar à forma geral. De longe, o estado de mais fácil acesso a tais fantasias, já que não estamos pensando em fantasias arquetípicas universais, mas em produções ideológicas bem localizadas, é oferecido pelos enredos das histórias mais vulgares, que recheiam os veículos de comunicação de massa, sejam notícias, sejam ficções. Estas últimas são ainda mais simples e didáticas.

Tomemos um enredo básico, dentro dos inúmeros exemplos possíveis, mas suficiente este para ilustrar a idéia: a fantasia básica da *intercorrência catastrófica*, de um fato espantoso que perturba a ordem das coisas. O esquema é pobre, como convém às representações elementares da psique do real e, sucintamente, poderia ser contada assim. *Primeira cena*: a vida corre tranqüila numa próspera cidade do mundo industrializado. *Foco personalizado*: o homem, em geral enamorado de uma bela jovem, ou, menos freqüentemente, numa relação de família, portador de certa especialidade, profissional ou amadora, relativa à intercorrência. *Ação*: a intercorrência catastrófica que ameaça destruir o equilíbrio da situação de paz. Pode ser um fenômeno excepcional da

natureza, como um terremoto, quase natural, como um incêndio de vastas proporções, ou uma ação deliberada, a invasão do planeta, um plano diabólico para dominar o mundo, um cientista louco querendo vingar-se da falta de reconhecimento, um complô terrorista, um empresário inescrupuloso que põe em risco o mundo civilizado, vale dizer, a próspera cidade. *Resolução*: o homem, representante do homem comum, a fim de salvar sua amada ou sua família, revela qualidades sobre-humanas na eliminação do perigo. *Recorrência, da capo*: alguma imagem familiar que assegura o restabelecimento do *statu quo*. Quantas centenas de vezes não assistimos a esse filme ou lemos essa história em quadrinhos? O cidadão comum que o destino coloca no lugar certo, na hora crítica, para que seu *hobby* inocente se sublime em expediente salvador. O detetive aposentado que salva o avião em perigo. Dos super-heróis, seres comuns com uma super-identidade secreta, ao Mickey, o mais exemplar dos cidadãos roedores. Ou, que dizer do fantástico Bond, excepcional em tudo e com licença para matar, o oposto do cidadão inespecífico, mas cujo nome tem por etimologia heráldica, como se descobre numa das histórias, a palavra *comum*? Como fantasia básica não está mal, convenhamos.

Politicamente, que se esconde nessa ingênua história? Vamos analisá-la em três níveis distintos. O avanço gradativo não só ajuda na dissecação de seu efeito ideológico, como também facilita a compreensão da diferença entre os instrumentos empregados. No nível mais superficial, aceitando-a como mera propaganda política, ela contém uma lista de valores burgueses – prosperidade, segurança, família – enclausurados num mundo auto-suficiente, para cuja proteção é forçoso estar sempre em guarda. O homem comum, que apenas ama os seus, sua família e sua propriedade, que nada

deseja senão a paz para as usufruir, descobre enormes recursos escondidos em sua aparência pacata – pois, na realidade, ele se escuda por trás de um poderoso exército, da indústria militar e de agências de espionagem – e não hesitará em usá-lo se ameaçado pelos elementos maus, ou pelos *maus elementos*, em linguagem policial. *Si vis pacem, para bellum* e coisa e tal. Uma simples propaganda bélica, preventiva e incessante, pouco mais que subliminar, preparando as boas consciências para a divisão maniqueísta do mundo entre mocinho e bandido, nós e os outros, e para aceitar de antemão o extermínio do próximo inimigo que lhe vier a oferecer o cardápio político. Ao mesmo tempo, como num conto infantil – em que o herói, saindo de casa, só encontra perigo e falsidade – esse enredo de súbita intercorrência e vitória espetacular louva o conformismo, identificado ao amor, à família, à cidade, e serve para acirrar a xenofobia.

Muita coisa numa historinha boba? Verdade, mas está tudo aí e, como veremos, muito mais. Acredito que esta compreensão de superfície não seja drasticamente incorreta. Seu problema fundamental consiste em assumir a posição de uma psicologia ingênua, justamente por rejeitar qualquer psicologia, aspirando a ser uma interpretação político-ideológica. Postula que alguém, um agente social indeterminado, decidiu, de caso pensado e plena intenção, defender os seus interesses, inventou e disseminou a matriz de uma fábula propagandista, que será reproduzida com pequenas variações de contexto. Tampouco explica por que são esses e não outros os perigos. São detalhes de somenos importância. De grave, só incorre num erro. Na ingenuidade acintosa de acreditar que, em defesa de seus interesses, os homens realmente defendam seus interesses. Esta não é a espécie a que pertencemos.

Uma interpretação psicológica da mesma história não deixaria de reconhecer seu conteúdo moral maniqueísta e sua presumível intenção política, repetindo, até aí, muito do que se disse acima. Porém, imagino, acrescentaria que o perigo externo, o vilão ou a catástrofe natural, não passam de projeções de perigos internos. O sentimento de culpa inconsciente por possuir o que é negado aos demais – paz, conforto, prosperidade, saúde, bens de consumo – teria, quem sabe, levado à *fantasia* de os ter roubado, sendo passível de retaliação. Como num pesadelo, os homens maus ou a natureza inclemente poderiam representar os próprios impulsos destrutivos, que agora se voltam contra o sujeito, sob forma de ataques invejosos alheios. O herói, o eu, aliado às pulsões amorosas, Eros, vence seu próprio instinto de morte, nesse caso.

Esta nova versão interpretativa, tampouco essencialmente errada,

explica um pouco mais a natureza do perigo externo, como uma espécie de projeção, enquanto obscurece a relação política entre a cidade e seus inimigos. Também não esclarece qual a subjetividade em que ocorrem tais processos psicológicos nem qual sua relação com o mundo real. Incorre, ademais, num pequeno vício, a inespecificidade – impulsos, mecanismos, fantasias – e num vício maior, o transplante, sem mediações, do aparelho psíquico individual para o processo psicossocial. Ainda assim, juntando-se a primeira à segunda interpretação parece que a gente caminha alguns passos rumo à decifração da popularidade deste enredo.

O terceiro nível de interpretação que proponho é propriamente psicanalítico (para a Teoria dos Campos), ao implicar a ruptura de campo desta paranóica fábula moderna. Dizendo-o sem rodeios, o inimigo monstruoso é a própria cidade pacata. Para sua construção, os relevos naturais foram terraplenados, o rio, canalizado, as matas adjacentes foram arrasadas e convertidas em zona de cultivo para seu sustento, os esgotos sanitários e industriais fluem sem cessar, espalhando os detritos da vida ordeira, queimam-se combustíveis nalgum lugar isolado das residências e das torres. Retorno do reprimido? Não está mau, porém a verdade parece um tanto diversa e menos psicológica. Nossa ordeira cidade é um terremoto, *contra naturam*. É incêndio constante, que cumpre apenas se manter longe das casas. A cidade não difere de seus canais subterrâneos, o negativo da fotografia. Não há duas cidades: a que aparece no filme ou na revista, brilhando ao sol, antes da catástrofe, é apenas o outro lado daquilo que esconde, mas que se revela na intercorrência, é a própria catástrofe. E os criminosos? A esta altura, seu elenco é quase supérfluo, mas vamos a isto. Um cientista louco?

Dizendo-o  
sem rodeios,  
o inimigo  
monstruoso  
é a própria cidade  
pacata.

Quanta loucura científico-tecnológica se requer para a construção e manutenção de nosso mundo encapsulado? O empresário inescrupuloso, ao que tudo indica, é o mesmo cidadão proeminente que acaba de receber o prêmio anual de *homem de iniciativa*. O complô para dominar o mundo está em plena ação, com êxito inegável na construção de uma nova ordem mundial: a saúde de nossa higiênica cidade exige assepsia preventiva, a começar pela pasteurização das diferenças culturais do mundo. Seus terroristas estão por toda parte, desestabilizando governos – eufemismo delicioso. Por fim, a cidade tranqüila e costumeira é tão estranha à miséria que a rodeia de perto e de longe, que chega vagamente a desconfiar ser o próprio alienígena.

A forma convencional dos vilões ajuda a compreender a reversão da catástrofe em arma defensiva. Convencionou-se apresentar a figura do cientista, por exemplo, como um *idiot savant*, de fantástica memória e velocidade nas quatro operações, cercado de abstrusas fórmulas de física, que pode ser enganado até por uma criança ou por um tolo mediano. Sua função sadia é inventar armas para nós ou, se enlouquece, contra nós. Na solução da crise, a cidade reincorpora o cientista, como reincorpora o empresário, o terrorista, os detritos, a violência da natureza. No fundo, portanto, a força prodigiosa que acomete de súbito o herói não é senão o reflexo da catástrofe. Ou, ainda melhor, seu poder equivale à própria *intercorrência catastrófica*, a qual, por sua vez, é projeção realista do poder que o sustenta, mas que nega, visto na estranha perspectiva de um espelho dialético temporal: a consciência abrupta e alienada das armas de destruição que tem usado, invertida, no primeiro tempo, como inimigo, reassumida, no segundo, como identidade. *Shazan!* – e o cidadão

descobre ser o exército que paga para o proteger contra esse mesmo exército, projetado num hipotético inimigo. O inconsciente é um ameaço de consciência, revertida contra si mesma.

Como fica patente, este terceiro nível de interpretação tem muita coisa em comum com os dois anteriores. Conserva-os, mas os ultrapassa ligeiramente. Esclarece, até certo ponto, a natureza do sujeito ideológico, que não é um frio

**F**ormas psíquicas  
do real, ou *campos*,  
criam-se devagar, por  
uma paciente  
e insuspeitada  
urdidura  
cultural.

planejador, mas a própria má consciência social, assombrada por seu reflexo. Esta não prepara a guerra futura, assegura a continuação das passadas, na presente. Não tenta proteger seus interesses de maneira conseqüente; habita seu interesse, como o caramujo habita a casca. Também este nível de interpretação especifica o sentido peculiar de impulso, sentimento de culpa, inveja, projeção etc., neste inconsciente em especial. Ou, para

manter o rigor, neste *campo da psique do real*. Mecanismos e fantasias deixam de ser prototípicos e mostram sua face histórica, neste caso, política. São elementos da realidade, são a realidade. Ou quase, estão prontos a criar realidade. O verdadeiro problema apontado por esta análise não consiste, infelizmente, na mera constatação da má consciência social, que é sobejamente conhecida, mas na produtividade de seu inconsciente relativo. Dada a plethora de meios em disponibilidade, a fantasia básica da *intercorrência catastrófica* está sempre apta a passar, da encenação cinematográfica, à encenação no palco da realidade. Com efeito, esse fenômeno parece hoje atingir sua massa crítica, cuja reação em cadeia seria conveniente deter.

Por *realidade virtual*, entendemos este fenômeno nascente, a alimentação de forma dos meios em urgente e indeterminada disponibilidade. O que pode acontecer tende a acontecer. A realidade virtual do computador não é mais que um jocoso balão de ensaio, representante quase inócuo da transformação do mundo em fantasia inconsciente realizada.

### **A guerra que não houve**

Completando o circuito deste ensaio de interpretação psicanalítica de algumas linhas demarcatórias de nossa realidade política, do ponto de vista da Teoria dos Campos, convém ensaiar uma penetração mais profunda, mesmo que breve, na origem próxima da forma psíquica hoje prevalente. Formas psíquicas do real, ou *campos*, criam-se devagar, por uma paciente e insuspeitada urdidura cultural; seu desencadeamento, porém, que ativa a forma e a faz reconhecível, costuma depender ou acompanhar-se de um trauma. Um dos poucos aforismos indubitáveis da Psicanálise é que o nascimento de

qualquer forma psíquica é traumática. Qual o trauma fundamental de nosso tempo; digamos, da segunda metade do Século XX?

A questão não me parece enigmática: a ameaça de destruição nuclear da humanidade. Pela primeira vez na história humana, tornou-se tecnicamente possível a súbita eliminação da própria história, bem como de seus atores. O risco de aniquilamento do sujeito é sempre traumático. Nesse caso, entretanto, algo mais que o sujeito social está em jogo. A destruição da humanidade, eliminando o presente, aboliria o futuro, é lógico, mas, de certa maneira, também o passado histórico teria sido apagado retrospectivamente, perdendo seu sentido humano: onde não há memória, não há passado propriamente dito. A radicalidade de tal evento é literalmente impensável, não por impossível, mas por solapar a própria faculdade de pensar; não mais o nada

peçoal, mas a inexistência completa do fenômeno humano, eis aí um dos limites intransponíveis do pensamento.

Quando isso se deu? É impossível precisar com certeza. Um momento particularmente agudo, no qual tangenciamos aquilo que não se pode pensar nem se deveria dizer, foi, para toda uma geração, a chamada *crise dos foguetes em Cuba*, no início dos anos sessenta. Houve o embargo americano, a *quarentena*, um ultimato rejeitado pelos soviéticos, o embate total previsto e, na última hora, evitado. Aquilo que acontece é materialmente traumático. O que quase acontece, não contando com uma representação concreta – que, se ocorresse, não teria em quem se representar – torna-se traumático para a psique. Trauma é um *quase* que fica em suspenso, acontecendo sem parar. De certo modo, portanto, a *Guerra que não houve* está em processo na psique do real. Hipoteticamen-

te, como trauma, como uma espécie de trauma ético, porquanto é o fundamento ético do pensar racional que se vê negado radicalmente pela tangência com um ato humano que implica o fim absoluto da própria razão. Suponho que Kant não discordaria de todo.

Como noutras circunstâncias traumáticas, houve tentativas frustradas de representação. Por curto tempo, proliferaram imagens escatológicas, alguns filmes, novelas sem muito fôlego, retratando a conflagração nuclear, que logo caiu em aparente olvido. Na verdade, no abismo do irrepresentável, em ação suspensa. As figurações da Terceira Guerra pareciam-se mais a notícias de jornal e a documentários cinematográficos, que ao romance ou ao filme histórico, nem sequer tentando elaborar a impossibilidade posicional de sua realização; como o auto-retrato do fotógrafo defunto. O que resta, ao contrário, são presumíveis representações sintomáticas do excesso de meios, de potência excedente, levando à autodestruição. De modo geral, diria, o regime do atentado constitui a representação sintomática mais perfeita do trauma do fim do mundo. Aqui, é necessário ser preciso. O processo de gestação do regime do atentado tem sido lento e anterior ao trauma. Seu desencadeamento e conformação específica é que correspondem ao fenômeno traumático. O trauma não causa os fenômenos, só os conforma. Sendo ele mesmo já uma expressão de condições concretas preexistentes – nesse caso, do excesso de meios – o trauma molda a forma psíquica correspondente e a põe em movimento.

Certas propriedades da guerra atômica parecem estar-se reproduzindo sintomaticamente, em diferentes âmbitos. Do ponto de vista estritamente intelectual, sempre mais claro, embora menos representativo, anunciou-se seguidamente a *morte da história*. Como

O processo de gestação do regime do atentado tem sido lento e anterior ao trauma. Seu desencadeamento e conformação específica é que correspondem ao fenômeno traumático. O trauma não causa os fenômenos, só os conforma.



atentado não está mal e pelo menos diz o que não aconteceu, mas *houve quase*. A história não morreu, mas o sentido de seu tempo foi seriamente abalado. Contudo, voltando ao político, a violência desmedida dos próprios atentados terroristas, incluída a imolação do agente, é, em escala, uma reprodução bastante convincente, do Grande Atentado que continua suspenso sobre nossas cabeças e ativo na psique social, assim como o são as medidas profiláticas e retaliatórias das potências militares. Digamos que se trata de *suicídios coletivizados*. Em conjunto, e só em conjunto são compreensíveis, metaforizam pequenas guerras finais, uma atrás da outra. Mas há fenômenos menos óbvios. Um elemento essencial da aniquilação tecnológica é sua extensão a todos os homens, quase ao mesmo tempo. Entre outras calamidades de amplo espectro, o Século XX assistiu a duas *Guerras Mundiais*. Estas, na verdade, não envolveram o mundo todo, justificando-se apenas o *mundial* a título de lógico prenúncio do que aconteceria na terceira – já que a quarta, como certa vez observou Einstein, *deverá lutar-se com arco e flecha*. O caráter de atentado universal da *Guerra que não houve* manifesta-se numa vocação à universalidade dos efeitos, ainda que moderados. A *revolução das comunicações*, por exemplo, concretizada na rede mundial, a *Internet*, reproduz adequadamente essa dimensão de eficácia global, ensejando o ambiente propício para pequenas respostas de atentado; atentados pontuais, no caso, representados pelos vírus de computador. Vírus e antivírus, renovando-se solidariamente os dois lados a cada dia, num processo já automático e tacitamente incorporado a nossa rotina.

Para não nos alongarmos numa lista de fenômenos análogos, cuja multiplicação não provaria necessariamente a hipótese traumática, mas só a forma resultante, basta

É como se o homem,  
no campo de sua quase-aniquilação,  
houvesse perdido a naturalidade vital,  
e se visse compelido  
a atingir plenitude física artificial,  
porém em negação constante.  
Obesidade, anorexia e muita dieta,  
muitos abdominais,  
muita esteira.

ver que até mesmo no plano do corpo e da vida individual – embora não tão individual, neste caso – é possível constatar uma peculiar exaltação da forma humana, convivendo com sua auto-agressão. O exemplo mais corriqueiro, porém eloqüente, fica por conta dos distúrbios alimentares, que têm atingido proporção epidêmica. Todavia, segundo creio, estes só fazem sentido se conjugados à obsessão pela forma física ideal. É como se o homem, no campo de sua quase-aniquilação, houvesse perdido a naturalidade vital, e se visse compelido a atingir plenitude física artificial, porém em negação constante. Obesidade, anorexia e muita dieta, muitos abdominais, muita esteira. Nosso corpo converteu-se num bem inestimável em si mesmo; de possibilidade de trabalho, reprodução e prazer, que já foi, encerrou-se em sua imanência física. Mas, nessa reclusão, ele se vitima em atentados seguidos. O

ápice da nossa produção autoconsumida, de que a *Guerra que não houve* seria o paradigma, acaba sendo mimetizada miseravelmente no sofrimento do bulímico, que deve comer compulsivamente, para logo depois, vomitar, também compulsivamente. Em matéria de comentário concreto acerca da sociedade de consumo, e de sua plena realização negativa numa guerra final, poderia haver outro mais preciso?

### Psicanálise e política, conclusão

Para finalizar esta tentativa de aproximação psicanalítica ao mundo em que vivemos, cabe destacar algumas conclusões muito gerais a respeito do sentido atual da ação política, decorrentes da análise empreendida.

*Política*, como não se ignora, é uma palavra com muitas acepções e uma idéia que cobre ações

e reflexões de vários gêneros. Teria sido possível, em princípio, discutir a postura política recomendável para o homem de hoje e o tipo de ética pessoal que a poderia alicerçar. Ou ainda, quais os efeitos sobre o indivíduo da atmosfera política mundial. Sobre esta dimensão, refletimos um pouco, ao tratar dos problemas conjugados da opinião como ato e da infiltração capilar de idéias que corroem a raiz reflexiva da ação individual e social. Não estaria igualmente fora do escopo amplo de uma psicanálise da política investigar a influência da ideologia dominante no favorecimento de certos sentidos particulares da ação política, em nossa época. Marginalmente, é verdade, chegamos a tocar nesse ponto, ao concluir que cidadania e ativismo ecológico são favorecidos, por razões ligeiramente diferentes. A primeira, a cidadania, como forma de restringir o ato político à ética de coerência pessoal e a uma sorte de bom comporta-

mento, honestidade, transparência, dentro de uma realidade automatizada, que parece transcender as decisões coletivas e os movimentos sociais. O segundo, o ativismo ecológico, representando um sintoma substitutivo do descrédito na ação solidária e na luta contra a injustiça social. Nos dois casos, é bom que se diga, sem prejuízo do alto valor intrínseco de cidadania e ecologia, mas por um desvio induzido de significação: são os valores éticos de maior apelo que são utilizados como plataforma de lançamento para os mísseis ideológicos transcontinentais. Não estaria fora de propósito, por outro lado, centrar nossa discussão na necessidade de consciência histórica, de participação na sociedade, de auto-respeito nacional, de fraternidade entre os povos. Mas, tivemos de nos dar conta de que um dos efeitos da circunstância política atual foi deslocar, redirecionar ou simplesmente

abolir os objetos correspondentes a tais valores tradicionais.

Não restou, assim, melhor caminho para uma interpretação da psique do real que focar sem concessões o campo prevalente da relação política contemporânea, mesmo ao preço de agrupar argumentos que aparentemente inviabilizam qualquer projeto de ação. É como se tudo fosse anterior ou transcendesse radicalmente, em potência, o ato político individual, grupal, coletivo. Seria possível até desconfiar de um efeito de contaminação teórica dos conceitos psicanalíticos sobre nossa análise, algo assim como um menosprezo da consciência face ao inconsciente, ou da ação madura, quando tudo já se decidiu na primeira infância. Nem é preciso dizer que a Teoria dos Campos, como qualquer outra visão psicanalítica séria, a começar por Freud, jamais partilha de semelhante redução do homem ao bebê ou de sua capacidade de reflexão racional às *motivações inconscientes*, quanto menos do sujeito político às determinações culturais inconscientes, aos campos da psique do real. Ao contrário, nossa preocupação maior é reabilitar os direitos da consciência, reconhecendo a erosão causada pelo regime do atentado.

O que, hoje, não se pode deixar de considerar numa análise conseqüente é apenas a ineficácia prática de qualquer pensamento setorizado. A aceitação das premissas gerais do regime do atentado logo faz com que nosso pensamento se reduza a um efector a mais, de um meio que serve a fins contrários aos que se propõe. Um simpósio recente, sobre *Valores culturais e progresso humano*, realizado em Cambridge, Massachusetts, em 1999<sup>5</sup>, procurava explicar o *progresso insatisfatório da humanidade rumo à prosperidade e ao pluralismo político nos últimos cinqüenta anos*, apesar do esforço mundial em alcançá-lo. Seus trabalhos, de

Não estaria  
fora de propósito,  
por outro lado, centrar  
nossa discussão na necessidade  
de consciência histórica,  
de participação na sociedade, de  
auto-respeito nacional,  
de fraternidade  
entre os povos.

Método interpretativo  
de investigação,  
reflexão teórica e ação política  
precisam ser solidários – ou correm o risco  
de se anular uns aos outros.  
A Psicanálise pode contribuir  
com seu grão de sal  
para a crítica da assimilação  
e do redirecionamento  
da teoria em instrumento  
da automação.

desigual valor, mas no geral interessantes, tendem a sublinhar as diferenças culturais como *estímulos ou obstáculos ao progresso*, afastadas ou relativizadas as explicações *geográfico/climatológicas*, e aquelas fundadas no *colonialismo, dependência e racismo*. O próprio título em português do livro, onde se publicam os resultados do Simpósio, é deveras ambíguo: *A cultura importa*. À primeira vista, sugere uma idéia extravagante e promissora, a de que até mesmo as culturas tradicionais são clientes do mercado de importação. Mas, nada disso. Recorrendo ao título original em inglês, *Culture matters*, verifica-se que se trata, na realidade, de conceder certa importância à cultura, como entrave ou favorecimento do progresso, o qual, por conseqüência, deve ser tomado como um parâmetro extra ou supra-cultural. Demais, os fatores culturais contrapõem-se a uma suposta intenção geral, segundo a *Introdução*, de desenvol-

vimento rumo à *vida, saúde, liberdade, prosperidade, educação e justiça*.

No fundo, questão de método, nada fácil de assimilar. Assim como o analista em ação é o perfeito exemplo de paciente, um estudo de antropologia é o exemplar por excelência da antropologia psicanalítica. O que mais surpreende, nesse gênero de debate, independente de sua profundidade e valor, não é tanto a presunção de intenções políticas benévolas, quando a realidade mostra justamente o oposto. Nem mesmo a redução da cultura a um fator diferencial, por comparação, é de crer, à cultura norte-americana, universalizada como padrão, ou cotejá-la, em pé de igualdade, a *fatores climatológicos*. Impressiona o analista a abordagem setorial da questão, que aceita a premissa idealista de que agências de desenvolvimento e investigação sejam sujeitos autônomos, pensando livremente a respeito do

mundo exterior, sem a determinação do campo cultural a que pertencem. Em termos de consultório analítico, analogia sempre duvidosa, mas não inútil, seria como imaginar um analista neutro interpretando a transferência, sem ser ele próprio parte do campo transferencial, do campo. Hoje, uma análise política, ou toma em consideração por inteiro o campo dominante da psique social, ou se torna um de seus efetores, um instrumento intelectual do atentado. Resistência ao progresso supõe, como é óbvio, que os seis *valores incontestáveis*, com os quais *a maioria dos povos do planeta concordaria* – prosperidade, liberdade etc. – signifiquem, no mundo em que vivemos, aquilo que o dicionário abona. Idealismo ingênuo ou pragmatismo cínico? Cara ou coroa? Nenhum dos dois, senão uma modalidade acadêmica de regime do atentado, com a melhor das intenções – a cultura, reduzida a meio de produção.

Método interpretativo de investigação, reflexão teórica e ação política precisam ser solidários – ou correm o risco de se anular uns aos outros. A Psicanálise pode contribuir com seu grão de sal para a crítica da assimilação e do redirecionamento da teoria em instrumento da automação. É impossível que uma relação se exima do seu campo, do seu inconsciente relativo. Porém, quando propõe representações que criam tensão no campo, é concebível que chegue a ter algum efeito, politicamente falando; efeito mínimo, como convém à ação interpretativa, tão próxima da ironia socrática, mas eficaz no sentido da ruptura de campo. O ato político fundamental no mundo em que vivemos, segundo sugere esta análise, começa pela resistência do pensamento racional a se deixar reduzir a ato puro, por um lado, e, por outro, a ser dirigido para a racionalização do regime do atentado, sem por isso cair no negativismo catatônico.

Clausewitz afirmou, não sem algum cinismo, que “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Como vimos de início, uma das piores coisas que pode fazer um analista é receitar programas de ação política. Mesmo que escape à tentação de copiar a relação analítica na receita, a combinação da ética peculiar que sua prática requer – que recusa eufemismos, inclusive o *politicamente correto* – com o ceticismo inerente à posição interpretativa, não desperta muito entusiasmo. Por outro lado, aconselhar *desista de mudar o mundo* até faz algum sucesso de público, já que a empresa nunca se cumpre por inteiro nem dá no que se imagina, e nada como uma pitada de fatalismo para pacificar nossas consciências. Clausewitz afirmou, não sem algum cinismo, que *a guerra é a continuação da política por outros meios*, e seu dito tornou-se lugar-comum. A *Guerra que não houve*, no entanto, tirou as coisas de seus lugares comuns. Porque ela está em curso, é a política de nosso tempo. Seria mais rigoroso, pois, concluir

que a política tem sido continuação da guerra por outros meios, menos fragorosos, às vezes mais cruéis. À maneira de um pistão, aspira a história, por combustível, comprime-a, faz explodir e move o trem da guerra. Depois, no assento do cobrador, ilude os passageiros a pagarem, convencendo-os de que esse é só o bonde da história. A Psicanálise, porém, filia-se a outra tradição, à desiludida e crítica arte da interpretação. De qualquer modo, programas de ação ou renúncia a eles estão distantes do assunto em apreço. Tudo o que se pode concluir desta interpretação crítica da realidade política atual é que os projetos de ação política – que fatalmente entrarão em pauta, ao diminuir o aturdimento geral – fariam bem em tomar em consideração a articulação profunda entre os fenômenos, aparentemente dispersos e fragmentários, que caracterizam a realidade contemporânea.

Como analista, o que lhes estou dizendo sobre política não é muito nem é nada, conforme assinalei. Resume-se a apontar a vigência de um campo, o *regime do atentado*, de sua hipotética origem traumática, a *Guerra que não houve*, e de seus efeitos sintomáticos presumíveis, *erosão da raiz do ato no pensamento, dessubstanciação da realidade, fenômenos auto-agressivos e de desrealização*. E lembrar que campos, mesmo aqueles da psique do real, dificilmente se modificam ou evoluem, apenas se rompem ou não se rompem. As ações concretas que tendem à ruptura do campo, estas sim podem ser gradativas, pacientes, paulatinas, agindo nos interstícios e afetando-o pelas margens. Mas, se perdem a visão da totalidade do campo, logo acabam por ser direcionadas por suas regras, convertendo-se em outros tantos meios de que este se vale, em detrimento da vocação original. Duas atitudes são especialmente vulneráveis a essa distorção, ou porventura já decorrem dela: a re-

dução da política à coerência pessoal – *se não é possível mudar a realidade, pelo menos vamos dar o bom exemplo* – e o partido do mal menor, que apóia com denodo o lado que parece menos ruim, em circunstâncias onde, de fato, não há dois lados.

Condições concretas particulares podem alterar a composição dos protagonistas e o modo de operação, mas é de temer que o *limiar de ruptura de campo* do regime do atentado talvez só seja atingido por seu próprio excesso: excesso militar ou excesso de farsa<sup>6</sup>, *trademark* de suas representações. Isso também tem nome na Teoria dos Campos, tratando-se de um velho conceito, conhecido como *princípio do absurdo*, a reversão qualitativa de certo estado por sua ultrapassagem quantitativa. Outra contribuição potencialmente útil à política haveria de ser, por conseguinte, nossas investigações sobre o processo de ruptura de campo, em âmbitos muito diversos, e sobre os fenômenos que a acompanham. Todavia, essa é uma questão complexa, que não cabe discutir no presente artigo. ■

## NOTAS

1. Uma exposição ordenada do conceito de *psique do real*, abarcando a idéia de *regime do atentado* e alguns outros tópicos tratados neste artigo, pode ser encontrada em meu livro *Andaimos do Real: Psicanálise do Quotidiano*, Casa do Psicólogo, 2001, 3ª edição.
2. S. Freud, *Civilization and its discontents*. Standard Edition, Vol. XXI, p. 92. (1930)
3. F. Herrmann, *L'Atentat. Cahiers Confrontation – Accident Catastrorophe*, 7, Printemps, 1982. Paris: Ed. Aubier.
4. Org. Maria Ângela D'Incao. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 42-68.
5. L. Harrison e S. Huntington (Organizadores). *A cultura importa*. Record, 2002. Introdução.
6. Por *farsa*, entenda-se a mentira proferida mentirosamente. Enquanto a mentira comum engana sobre o fato, a farsa engana sobre a natureza mesma da proposição.